

Boletim

Nº 2.077 - Ano 46 - 21 de outubro de 2019

Vista aérea da Pampulha, cuja inauguração representa um marco na história da urbanização de Belo Horizonte

BH: UMA NARRATIVA ESPACIAL

Embora distintos e separados no tempo e no espaço, a fundação de Belo Horizonte, a inauguração da Pampulha e a recente expansão do município de Nova Lima são três marcos da história da urbanização da cidade que carregam em comum a transformação da paisagem, a segregação social e o protagonismo do capital. Esse é o eixo central da análise feita por Patrícia Capanema em sua tese de doutorado defendida na Escola de Arquitetura.

Página 5

Em novo livro, Wander Melo Miranda discorre sobre a crítica contemporânea

Página 8

A 'P*RRÁ da ÁRVORE'

Élder Antônio Sousa e Paiva*

Lamentável perceber o quanto as plantas são desconhecidas. Plantas são tratadas, com frequência, como algo intermediário entre o mineral e os animais. Há quem duvide de que nesses organismos exista vida. Até onde a chamada “cegueira botânica” nos submeterá ao ridículo e, não raro, nos levará a decisões equivocadas, que colocam em risco toda a biosfera? Os vegetais, embora partilhem com os animais tudo o que é essencial para o conceito de vida, viveram um processo evolutivo muito mais longo, estavam neste planeta antes da chegada dos animais que hoje conhecemos. Como os animais existiriam sem a base da cadeia alimentar, essencialmente formada pelos vegetais? Só existimos graças aos vegetais. Simples assim.

Segundo o presidente Jair Bolsonaro, no que se refere à Amazônia, os estrangeiros não estão interessados nem em índios nem na “p*rra da árvore”. Minério é o que lhes interessa. O mesmo minério cuja exploração, mesmo em terras indígenas, parece interessar ao presidente. Respeito os indígenas e o direito que eles têm sobre suas terras e sua cultura, mas pouco entendo deles. Também não entendo de mineração e, embora reconheça sua importância, essa palavra me remete a amplos desastres ambientais. Meu negócio é a “p*rra da árvore”.

Árvores, tal qual peixinhos dourados, zebras e “presidentes”, são seres vivos. Em suas células habitam mitocôndrias e outras organelas, exatamente como em qualquer célula do corpo animal. As semelhanças são tantas que não faria sentido descrevê-las para quem tem a mais vaga noção da origem da vida. No início, a vida em nosso planeta era bastante simples, basicamente restrita a organismos unicelulares, incapazes de produzir o próprio alimento. Era a vida fadada ao fracasso. Difícil imaginar tamanha diversidade, como a que vemos em nosso planeta, sem que a conversão de energia luminosa em energia química tivesse ocorrido. Quis o acaso, ou, como queiram, o criador, que alguns organismos operassem a mágica

de converter luz solar em alimento. Bendita fotossíntese! A partir dos primeiros organismos fotossintetizantes e do oxigênio liberado nesse processo, a atmosfera terrestre ganhou oxigênio livre e uma camada de ozônio capaz de barrar a radiação ionizante – nascia assim não apenas o alimento, mas as condições essenciais para que outras formas de vida colonizassem o planeta Terra.

Felizmente, o bicho homem demorou bastante a aparecer – do contrário, a vida já estaria extinta. Mas nem é isso o que move essa argumentação. Voltemos, pois, à “p*rra da árvore”. Uma árvore de grande porte pode lançar, por dia, na forma de vapor d’água, cerca de uma tonelada de água na atmosfera. Dá para imaginar o que isso faz com o clima do planeta? Precisa explicar que bilhões de toneladas de água são lançados na atmosfera, diariamente, pelas árvores amazônicas? Essa água flui pelos ares e muda o clima de toda a América do Sul, com forte impacto no clima mundial. Moradores da cidade de São Paulo experimentaram, recentemente, cinzas resultantes de queimadas na Amazônia entregues em meio à água da chuva. Experimentaram também um anoitecer macabro no meio da tarde. Bom seria que os paulistanos, e todos os que vivem ao sul da Amazônia, desfrutassem apenas da umidade que emana dessa imensa cobertura vegetal. Umidade que se converte em chuva e se torna tão essencial à nossa sobrevivência e à nossa economia, ainda fortemente centrada no agronegócio. Isso sem mencionar o estoque de carbono aprisionado na biomassa da floresta. Carbono em quantidade gigantesca está, temporariamente, fora do ciclo, cuidadosamente organizado em moléculas de celulose e guardado nas madeiras amazônicas. A queima indiscriminada desse estoque, ou seja, da floresta, levaria a um abrupto acréscimo de dióxido de carbono na atmosfera, agravando o efeito estufa. Precisaríamos de mais argumentos para defender a floresta em pé, intocada? Não seria mais razoável cobrar dos demais países apoio para preservação da floresta do que simples-

mente bradar nossa soberania e usá-la para defender a exploração de recursos minerais sabidamente finitos? Por que razão não apostar nos chamados créditos de carbono e em projetos de sustentabilidade para nos ajudar a preservar a Amazônia, preservando também a possibilidade de continuarmos, todos nós, a habitar este planeta?

O termo chulo empregado para se referir à árvore parece demonstrar o desprezo de nossos governantes pelo meio ambiente, como se o cuidado por ele não significasse a preservação da vida. Tamanho desprezo poderia ser atenuado se lhes ensinasse o quão valiosa é, em termos econômicos mesmo, a nossa biodiversidade. Não seriam necessários argumentos em defesa da vida e da própria biodiversidade, mesmo porque, para aceitá-los, é preciso ter bom senso, coisa rara nesses tempos sombrios. Basta acreditar nos argumentos da área econômica: o minério do subsolo amazônico é finito, já a floresta de pé nos renderá créditos de carbono por gerações e gerações, além de favorecer o uso sustentável de recursos. Proteger nossas florestas pode ser um bom negócio, mesmo para quem se refere a elas com tanto desprezo. E não cabe o argumento simplista de que, após explorarmos o minério sob a floresta removida, poderemos plantá-la novamente. Os solos amazônicos são pobres e, em vez de nova floresta, teremos um novo deserto.

Sem a “p*rra da árvore” não existiria vida tal qual a conhecemos, tampouco peixinhos dourados, zebras ou “presidentes”. Tenho pavor do terraplanismo, mas não creio que ele represente ameaça tão séria à vida no planeta como a ignorância em relação ao papel das florestas na manutenção da vida. Onde está o grande abismo, no fim dos mares desta terra plana, que insiste em não sugar a nau dos ignorantes?

*Professor associado do Departamento de Botânica do ICB

Pelo DIREITO de matar a FOME

Livro organizado por professora da UFMG propõe diretrizes legislativas no campo do direito agroalimentar

Samuel Resende

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que uma em cada nove pessoas passam fome no mundo – entre os 821 milhões que se encontram nessa situação, cinco milhões moram no Brasil. Apesar de já existir um conjunto de políticas relacionadas à segurança alimentar, os cursos de Direito não contemplam o chamado Direito Agroalimentar nos seus currículos. O recém-publicado livro *Elaboração legislativa em direito agroalimentar* (<https://www.observalei.net.br/ambitos-do-observatorio/>), organizado pela professora Fabiana de Menezes Soares, da Faculdade de Direito da UFMG, representa um importante passo para preencher essa lacuna.

A coletânea começou a ser organizada como parte das atividades de Fabiana de Menezes na residência de pesquisa que desenvolveu, em 2017 e 2018, no Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT), por meio de um projeto na área de agroalimentação. “O período no IEAT foi fundamental para que pudesse me aprofundar no assunto, de forma transversal. A intenção era investigar essa normatividade e compreender os aspectos transdisciplinares de um contexto mais amplo que se refere à alimentação”, explica a professora.

Os temas dos capítulos abordam questões que tocam a realidade do Brasil, como o histórico da legislação em matéria de agropecuária no período colonial e imperial, os desafios no processo de harmonização de padrões, o direito à alimentação, os desafios à regulamentação e a agricultura familiar. Três dimensões – saúde animal, sanidade vegetal e segurança alimentar – são trabalhadas. “Logo no primeiro capítulo, mostramos como era diferente o acesso à comida séculos atrás. A busca pela igualdade não era nem cogitada”, relata Fabiana.

Apesar de sua dimensão internacional, o direito agroalimentar ainda é pouco presente nos currículos das escolas de Direito e afins. “O objetivo da obra é difundir a importância de uma elaboração legislativa em conformidade com a Constituição e que respeite o direito à alimentação. É preciso dar transparência aos processos que nos levam a compreender o que de fato comemos e por que comemos determinados produtos. A alimentação vai muito além do mero ato nutricional e possui dimensões políticas, sociais e econômicas que ultrapassam as fronteiras nacionais”, analisa a organizadora.

Segundo ela, o Direito tem a incumbência de sistematizar e promover a maximização da garantia à alimentação. “Os produtos dependem de uma logística, existe toda uma tutela no que diz respeito à qualidade. As pessoas precisam ter direito a um alimento que seja saudável, econômico e que chegue ao destino pronto para cumprir a sua função nutricional”, defende a professora.

Codex Alimentarius

Conceito trabalhado no livro, o Codex Alimentarius é um conjunto de normativas elaboradas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que impacta as legislações da esfera federal. “É com base no Codex que se concretiza o direito fundamental à alimentação por meio da integração de



Comércio de alimentos: livro aborda as raízes internacionais do direito à alimentação e sua aplicação no Brasil

um sistema comercial de conjuntos agrícolas. Buscamos mostrar a origem internacional desse direito e como ele é concretizado no Brasil”, esclarece Fabiana.

Além do Codex, outro conceito apresentado na obra é o de “legística”, domínio do conhecimento que trabalha com a qualidade da regulação. “Na metodologia da legística, precisamos entender o cenário completo para pensar a legislação. Foi feito um trabalho de compreensão do panorama nacional, como as normas são feitas e quais as linhas de persuasão, ou seja, aquilo que provoca mudanças de natureza legislativa”, explica a professora.

Trajectoria

Fabiana de Menezes é professora do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo de Direito. É graduada, mestrada e doutora em Direito pela UFMG. Fez doutorado-sanduíche na Universidade de Gênova e dedica-se aos seguintes temas: direito administrativo, teoria da legislação e acesso à informação. Na UFMG, coordena, desde 2006, o Observatório para Qualidade da Lei, projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Direito.

Fabiana Menezes também é autora de *Ciência, tecnologia e inovação: políticas & leis* e *Marco regulatório em ciência, tecnologia e inovação*. Na UFMG, ela ministra a disciplina Direito Agroalimentar, ofertada como optativa na graduação desde 2016.

Obra: *Elaboração legislativa em direito agroalimentar*

Organização: Fabiana de Menezes Soares

Autores: Clarissa Tatiana de Assunção Borges, Louise Menegaz de Barros Motta, Fernanda Santana de Souza, Cristiane Silva Kaitel, Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel, Ana Clara Abrantes Simões, Matheus Vinícius Lage Sales, Pietra Vaz Diógenes da Silva, Oto Valmerson Barbosa Nunes e Fabiana de Menezes Soares

Editora Tribo da Ilha

Páginas: 189

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

MATEMÁTICA para a VIDA

UFMG vai reunir pesquisadores e educadores para discutir novas tendências e estratégias para o ensino da disciplina

Teresa Sanches

“Aprender matemática, pra quê?” A questão, formulada por estudantes e que volta e meia angustia os professores nas salas de aulas, apresenta-se como um desafio para o ensino dessa disciplina. Mas quando a matemática torna-se uma ferramenta na resolução de problemas práticos, vivenciados pelos próprios alunos, a pergunta cede lugar à investigação e ao compartilhamento de conhecimentos.

Essa é a característica essencial da modelagem matemática, uma das tendências da educação matemática, que será tratada durante encontro nacional, de 14 a 16 de novembro, no Instituto de Ciências Exatas (ICEx) da UFMG.

A 11ª Conferência Nacional sobre Modelagem na Educação Matemática (XI CNMEM), promovida em parceria com a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), reunirá professores, pesquisadores e estudantes de licenciatura de todo o país. As inscrições estão abertas no site do evento (<http://eventos.sbem.com.br/index.php/cnmem/2019>), onde estão disponíveis mais informações e a programação, que inclui palestras, apresentação de trabalhos, debates e minicursos.

A modelagem matemática transforma a configuração da sala de aula, como relata a professora do Departamento de Matemática do ICEx e organizadora do evento, Jussara de Loiola Araújo. Segundo ela, o professor deixa seu tradicional lugar à frente da sala, como transmissor de conteúdos, para tornar-se um tutor e instigador, e os alunos transformam-se em protagonistas na resolução dos problemas e na produção do conhecimento. A aula fica mais barulhenta pelos calorosos debates e troca de informações. O quadro-negro passa a ser só mais um entre os diferentes tipos de materiais, como recortes de jornais, computadores, placas de isopor, régua, tinta, celulares e tantos outros, conforme cada problema proposto.

Questões provocadas pela campanha de doação de pele humana ou pelos custos do transporte público, na capital mineira, ou ainda pelo desastre do rompimento da barragem de rejeitos do córrego Feijão, em Brumadinho, podem ser discutidas com a ajuda da matemática, associada às contribuições de outros conhecimentos.

Essa quebra de paradigma desafia professores, que, muitas vezes, precisam deixar a programação linear do plano de curso para, até mesmo, introduzir conceitos mais avan-

çados, que seriam vistos apenas em níveis futuros. “Mas é uma opção que compensa, pela motivação provocada nos estudantes”, avalia Jussara.

Empoderamento

A educação matemática, que tem como um de seus expoentes o professor Ubiratan D’Ambrósio, desdobra-se em várias tendências ou orientações, que influenciam diretamente a prática em sala de aula. Além da modelagem matemática, contempla o uso de tecnologias, investigações, etnomatemática e história da matemática, entre outras dimensões. São práticas que se opõem ao modelo único e tradicional da transmissão do conhecimento pelo professor e põem a interdisciplinaridade em lugar visível na resolução dos problemas.

A partir dos anos 80, influenciada pelo pensamento de Paulo Freire e do próprio D’Ambrósio, a modelagem matemática ganhou força no Brasil e carrega uma peculiaridade que a difere do resto do mundo. “Internacionalmente, a modelagem matemática está mais voltada para a perspectiva educacional, para o ensino dos conteúdos. No Brasil, o diferencial é que essa perspectiva ganha força política, cultural e social. A abertura para que os próprios estudantes proponham os problemas reflete o objetivo de se educar matematicamente as pessoas para que elas atuem criticamente na sociedade”, compara Jussara Loiola.

“A matemática é uma linguagem de poder e pode ser usada como instrumento de exclusão. Apenas a formação do professor não garante a prática das tendências na

sala de aula, nem uma discussão politizada da matemática. É preciso buscar o compartilhamento com outros profissionais e com os próprios alunos”, defende Jussara Araújo, que também integra o Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação (FaE).

Pesquisa e prática

Para a professora Petrina Avelar, da Escola Municipal Minervina Augusta, “o professor precisa ser mais observador da sua própria prática, estar em constante investigação sobre quais possibilidades sua prática oferece para melhorar o aprendizado de seus alunos”.

No ano passado, Petrina Avelar, mestre em Educação Matemática pela FaE, na linha de tecnologias digitais, registrou, em imagens, um trabalho de modelagem matemática realizado com seus alunos do sexto ano. O vídeo *Mar de lama* (<https://www.youtube.com/watch?v=RGKAKQfz18I>), sobre as etapas de cálculo do volume de lama que deveria ser retirada da área atingida pelo rompimento da barragem do Feijão, em Brumadinho, venceu o 3º Festival de Vídeos Digitais e Educação Matemática, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

“Embora muito novos, com idade entre 11 e 12 anos, os alunos mostraram-se maduros e engajados com questões relacionadas ao assunto. A produção do vídeo também motivou bastante”, relata Petrina, que tem 21 anos de experiência docente e vai participar do *Entre-vistas*, um debate com outros professores e pesquisadores, que integra a programação da conferência.



Alunos da turma da professora Petrina Avelar em atividade inspirada na modelagem matemática

URBANIZAÇÃO em três atos

Em tese de doutorado, arquiteta destaca episódios que transformaram o território de Belo Horizonte e segregaram a população

Matheus Espíndola

A fundação da capital mineira, no fim do século 19, a inauguração da Pampulha, em 1943, e a recente expansão do município de Nova Lima – episódios motivados por questões distintas e separados no tempo e no espaço – têm em comum padrões que traduzem a história da urbanização na região. “Ao colocar em perspectiva esses três casos, é possível identificar elementos que se repetem, como a profunda transformação da paisagem e a segregação socioespacial”, comenta a arquiteta Patrícia Capanema Álvares Fernandes.

Segundo a especialista, a urbanização nesses três momentos foi impulsionada por grandes projetos infraestruturais, mas também “manufaturada no cotidiano por uma repositição de leis e pela ação do capital privado”. Patrícia Capanema é autora da tese *Belo Horizonte: A spatial narrative in three episodes*, defendida em maio, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG.

O trabalho buscou investigar as lógicas operativas e os processos que moldaram a cidade, transcendendo os dados oficiais como fontes históricas. A fim de analisar criticamente as narrativas consolidadas, a pesquisadora recorreu a materiais de arquivo como mapas, fotografias, jornais, revistas e relatórios de administração, visitou os locais e entrevistou moradores antigos.

Cidade planejada

Concebida para substituir Ouro Preto como a capital da província de Minas Gerais, Belo Horizonte é um caso emblemático de urbanização no Brasil. Sua fundação, centralizada pelo Estado, forjou novos modos de vida em um novo território e transformou a paisagem com a canalização de cursos d’água, obras complexas de terraplenagem e expulsão da população local.

A pesquisadora explica que movimentos análogos ocorreram pelo menos outras duas vezes ao longo da história da cidade, quando seu território foi expandido com a formação de novas manchas urbanas distantes do tecido existente.

“O preço da terra determinou quem poderia habitar os locais. Na fundação da capital, antes da subdivisão de terrenos e venda de lotes, havia leis que regulavam as dimensões das casas a serem construídas, os materiais usados e os prazos mínimos para as obras. Na Pampulha, a legislação

exigia, para as construções, um estilo arquitetônico diferente do que prevalecia no restante da cidade”, exemplifica Patrícia Capanema. Segundo ela, a expansão urbana em Nova Lima foi um movimento menos ousado, mas também significativo. “Corroborada pelo Estado, sua ocupação é ditada por uma forte ideologia de mercado, que também determina preços diferenciados”, afirma.

Novas luzes

Segundo a autora, sua investigação descortinou as circunstâncias que vigoravam antes mesmo do plano do engenheiro Aarão Reis, que chefiou a construção da nova cidade. “Uma análise dos discursos, discussões e leis relativas à transferência da capital revelou que muitos dos preceitos urbanísticos atribuídos a Aarão Reis, como a importância da linha reta, da ordem e da higiene, já faziam parte de um modo coletivo de pensar as cidades”, informa.

De acordo com Patrícia Capanema, o trabalho contribuiu para a construção de uma teoria urbana que deriva de realidades de base em vez de modelos referenciais, acrescentando novas luzes à extensa bibliografia já existente sobre a história da urbanização em Belo Horizonte.

“A elaboração de cartografias interpretativas, que caracterizou a metodologia da pesquisa, descortinou lógicas e conexões espaciais ausentes das fontes tradicionais. A conversa informal com moradores também possibilitou captar alguns dos sentimentos das pessoas e sua avaliação dos efeitos das transformações espaciais”, revela.

Para a arquiteta, a história oficial, retratada com inspiração no positivismo e nos modelos urbanos europeus, é repleta de incompletudes e falhas. “Normalmente a história é contada pelos vitoriosos, enquanto as vozes da periferia são sombreadas. Muita importância é dada aos planos, enquanto a cidade cresce sob nossos olhos, mediante uma acumulação de processos e práticas”, argumenta.



Perspectiva temporal da urbanização: regiões de fundação mais antiga, como o Centro de Belo Horizonte, são representadas em cores escuras. Nova Lima, com obras mais recentes, é destacada em amarelo

Patrícia Capanema defende que é fundamental identificar os muitos atores envolvidos na urbanização, “que configuram um longo espectro entre o Estado e a autoconstrução das favelas”. “A pesquisa avança para entender essa trajetória com todas as suas camadas e complexidades, revelando processos ofuscados que – mais do que os projetos oficiais – moldaram a cidade”, explica a autora.

Tese: *Belo Horizonte: a spatial narrative in three episodes*

Autora: Patrícia Capanema Álvares Fernandes

Orientadores: Viviana D’Auria, Jupira Gomes de Mendonça e Bruno de Meulder

Defesa: 9 de maio de 2019, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG e na Faculty of Engineering Science Ku Leuven (Bélgica)



Amostras da coleção de girinos da UFMG

Foca Lisboa | UFMG

QUADRILÁTERO dos ANFÍBIOS

Plataforma on-line desenvolvida pela UFMG e UFV ajuda a mapear a diversidade desses animais com ferramentas interativas

Maria Gabriela Lara

Conhecido por suas imensas jazidas de minério de ferro, o Quadrilátero Ferrífero (QF) em Minas Gerais também se destaca por outra riqueza natural: a região reúne mais de 90 espécies de anfíbios, incluindo seis endêmicas (restritas ao local) e outras duas classificadas como ameaçadas – o QF concentra quase 10% das espécies de anfíbios do Brasil, apesar de ocupar menos de 0,1% do território nacional.

Para mapear essa biodiversidade, pesquisadores da UFMG e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) desenvolveram uma ferramenta on-line que pode ampliar o alcance dos estudos de taxonomia de anfíbios. Trata-se do projeto Anfíbios do Quadrilátero Ferrífero (AQF), resultado de 10 anos de trabalho do Laboratório de Herpetologia da UFMG e que hoje também envolve o Sagarana Lab, da UFV.

Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) e pela Vale, Anfíbios do Quadrilátero Ferrífero é uma ferramenta que pode ajudar a melhorar os estudos destinados à concessão de licenças ambientais. “No Quadrilátero Ferrífero, há uma demanda muito grande por estudos de empreendimentos de mineração e imobiliários”, afirma o pesquisador associado do Laboratório de Herpetologia Tiago Pezzuti.

O projeto foi lançado em setembro em *workshops* para biólogos, graduandos de áreas diversas, profissionais de consultoria ambiental e técnicos da Vale. O site, interativo, reúne fotografias dos animais em seus ambientes de ocorrência natural e dos espécimes em coleção – os anfíbios fazem parte da Coleção Herpetológica da UFMG –, além de uma galeria de áudios que possibilitam identificar os anfíbios pela sua vocalização. A plataforma também fornece uma ferramenta de chaves de identificação interativas, uma para adultos e outra para girinos, o que favorece a identificação de espécies por meio de suas características morfológicas e de coloração.

O professor Felipe Leite, da UFV, acredita que a ferramenta pode se transformar em referência para estudos de taxonomia de outros

animais. A abordagem, em especial com as chaves de identificação e a lista pública e atualizável de espécies, pode ser replicada com sucesso para quaisquer outros grupos.

Mais perto

Para o professor Paulo Garcia, do ICB, o projeto encurta a distância entre a taxonomia, uma ciência básica, e possíveis aplicações. “Temos um aparato tecnológico, que é o site, sustentado por parâmetros de trabalhos básicos, como a própria coleção, que é a principal referência do projeto”, diz Garcia.

Garcia considera o projeto uma forma de divulgação científica. “Chaves, vídeos, sites e outras formas de falar com o público são muito importantes. A gente está aprendendo a divulgar melhor os resultados de uma pesquisa básica, já que o site, um instrumento aplicado, exige isso”, afirma. Ele acredita que o AQF pode ser um bom suporte para aulas de biologia e educação ambiental.

Na visão de Tiago Pezzuti, as chaves para identificação de girinos são o diferencial da ferramenta, já que a fase larval dos anfíbios carecia de dados taxonômicos disponibilizados. “Antes dessa ferramenta, poucas pessoas no país conseguiam identificar os girinos; agora, esse conhecimento está aberto a um público bem mais amplo”, complementa Felipe Leite.

Pezzuti destaca, ainda, que o AQF auxilia na padronização dos estudos e na classificação de anfíbios. Colaborativa, a plataforma possibilita que novas espécies sejam adicionadas diretamente à base de dados, tornando-se acessíveis a todos. “Padronizar a identificação de espécies animais é importante para melhorar a qualidade dos estudos ambientais feitos da região, sejam acadêmicos ou de consultoria. Mais do que isso, identificar e catalogar espécies é um grande passo para conhecer e proteger a biodiversidade da região”, avalia o pesquisador.

Acontece

EDUCAÇÃO BÁSICA

As atividades da Comissão para Discussão e Elaboração das Políticas de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Comfic) foram iniciadas neste mês. O grupo, instituído por meio de portaria assinada pela reitora Sandra Regina Goulart Almeida, tem como atribuição receber demandas das redes de educação básica e propor estratégias para atendê-las.

De acordo com a pró-reitora de Extensão, Claudia Mayorga, cabe à Comissão formular políticas para a formação de professores na sua dimensão inicial, com foco nos cursos de licenciatura, e para capacitação continuada, caso das pós-graduações.

“Em relação à graduação, a Comfic será mais uma instância para articular e estabelecer diálogos entre os diferentes cursos de licenciatura da UFMG”, afirma a professora Benigna Oliveira, pró-reitora de Graduação.

MELHORES TESES

Rodrigo Araújo Lima Rodrigues (Microbiologia), Lucas da Silva Reis (Matemática) e Luana Carla Martins Akinruli (Antropologia) foram agraciados com o Grande Prêmio de Teses UFMG 2019, nas três grandes áreas. O anúncio foi feito no último dia 14, em cerimônia no auditório da Reitoria.

Luana Akinruli venceu com a tese *A desconstrução do esquecimento em contexto de conflito ambiental: arqueologia e etnografia da comunidade de Miguel Burnier, Ouro Preto (MG)*. Ela foi orientada por Carlos Magno Guimarães. Rodrigo Rodrigues produziu trabalho com *Análise extensiva da virosfera e seus hospedeiros: avançando na sistemática, genômica e transcriptômica de vírus gigante*, sob orientação de Jônatas Santos Abrahão. Lucas Reis, por sua vez, é autor da pesquisa *Contemporary topics in Finite Fields: Existence, characterization, construction and enumeration problems*, que teve orientação de Fabio Enrique Brochero Martinez.

PREMIADAS PELA BIBLIOTECA NACIONAL

As professoras Heloisa Starling, da Fafich, e Myriam Ávila, da Fale, estão entre os contemplados na edição deste ano do Prêmio Literário Biblioteca Nacional. Heloisa Starling foi a vencedora na categoria *Ensaio social*, com o livro *Ser republicano no Brasil Colônia – a história de uma tradição esquecida* (2018, Cia. das Letras), que trata dos valores republicanos – bem público, igualdade, justiça – que circularam intensamente no país, antes da derrubada do Império.

Myriam Ávila ficou em segundo lugar na categoria *Tradução*, por seu trabalho na coletânea de poemas *Eu nunca fui ao Brasil* (2019, Relicário), do austríaco Ernst Jandl (1925-2000). Também responsável pela seleção dos textos, ela dá a conhecer um trabalho que vinha desenvolvendo há cerca de 30 anos com a obra de Jandl, poeta experimental marcado pela seriedade existencial, pelo humor, pelo gosto pelo absurdo e pelos jogos de palavras.

Realizado anualmente desde 1994, o Prêmio Literário Biblioteca Nacional contempla outras sete categorias: Romance, Poesia, Conto, Ensaio Literário, Literatura Infantil, Literatura Juvenil e Projeto Gráfico.



Reprodução

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA

A UFMG lançou o curso de especialização em Comunicação Pública da Ciência. O objetivo é formar profissionais comprometidos com a democratização e popularização do conhecimento. A formação é direcionada a professores, jornalistas, pesquisadores, educadores, gestores, estudantes, entre outras categorias profissionais.

As inscrições para o processo seletivo, que visa preencher 40 vagas, devem ser feitas até 25 de outubro, e as aulas serão iniciadas em março do ano que vem. O curso, que terá duração de 18 meses, foi criado pelo Departamento de Sociologia da Fafich, em parceria com a Diretoria de Divulgação Científica, vinculada à Pró-reitoria de Extensão, e com apoio do Instituto Serrapilheira.

QUARTA DOZE E TRINTA

Levantamento coordenado pelas professoras Ana Flávia Machado e Sibelle Cornélio, do grupo de Economia da Cultura, da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), quer saber a opinião do público sobre o Quarta Doze e Trinta, um dos mais tradicionais eventos do calendário cultural da UFMG. Organizado pela Diretoria de Ação Cultural (DAC), o projeto promove apresentações artísticas na Praça de Serviços do Campus Pampulha.

Intitulada *Percepção da comunidade universitária sobre o Quarta Doze e Trinta* (<https://bit.ly/35EhcSP>), a sondagem reúne perguntas sobre a DAC, sobre o próprio programa e sobre o interesse do participante em eventos culturais. O questionário pode ser respondido em cinco a 10 minutos, em média.

PRODUÇÃO NA FACHADA

O atendimento odontológico a pacientes com câncer, a curadoria de um festival gastronômico em São Gonçalo do Rio Abaixo e um documentário sobre experiências de ensino em escolas públicas são algumas produções e atividades que estão sendo exibidas na fachada digital do Espaço do Conhecimento UFMG, na Praça da Liberdade.

A chamada UFMG Acontece incentivou a comunidade acadêmica a enviar propostas de exibição de fotografias ou vídeos sobre o trabalho desenvolvido nas diversas áreas de conhecimento. A iniciativa visa mostrar à população, de forma acessível, que a produção científica da Universidade é importante e deve ser preservada. As 22 propostas aprovadas serão exibidas diariamente, das 18h às 22h, até 22 de dezembro.

Nova **CRÍTICA** para novos **TEXTOS**

Em livro de ensaios, Wander Melo Miranda discorre sobre a crítica contemporânea e retorna a clássicos da literatura brasileira

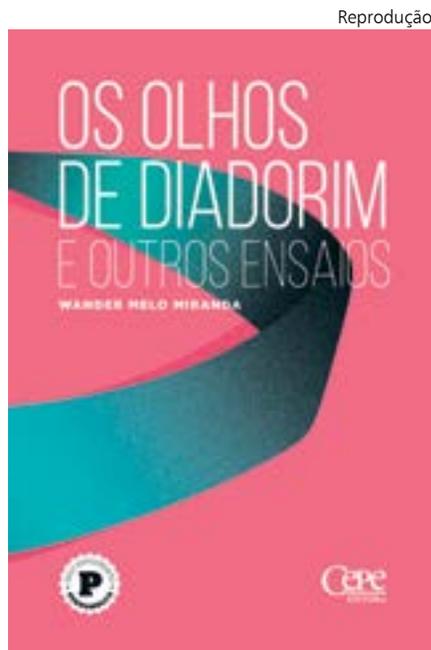
Itamar Rigueira Jr.

O mexicano-peruano Mario Bellatin é o mais experimental escritor latino-americano contemporâneo, na visão de Wander Melo Miranda, professor emérito da UFMG. Bellatin integra um grupo especial, o dos autores-performers, que produzem o que Wander chama de texto-instalação, o qual demanda a participação dos sentidos. Autor de *Salão de beleza* e *Cães heróis*, Bellatin está, não por acaso, entre os objetos de análise em trabalhos reunidos por Wander, a convite da Cepe Editora, de Pernambuco, em *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*, lançado na semana passada, em Belo Horizonte.

Em sua aproximação de autores como Bellatin, o mexicano Roberto Bolaño e o brasileiro Nuno Ramos, entre outros, Wander Melo Miranda toma emprestada a noção de campo ampliado, da crítica norte-americana Rosalind Krauss, aplicada em estudos sobre as instalações artísticas. “Trata-se de textos que se expandem e que, por isso, exigem outro olhar crítico, pronto menos a julgar que a experimentar”, diz Miranda.

Segundo escreve o autor em *Literatura e biopolítica*, essas obras proporcionam “à comunidade de leitores/visitantes novas possibilidades de constituir seu papel e definir as regras às quais se deve submeter, abrindo espaço para o que está fora do texto. O sentido político desse procedimento amplia o horizonte da mais instigante literatura atual”.

As instalações que mesclam palavras e outros elementos não são as únicas novidades com que tem deparado a crítica literária. Wander Melo Miranda, que dedica a primeira parte de seu livro à teoria e à crítica contemporânea, salienta que expressões da periferia e movimentos de jovens também têm ajudado a abrir o leque. “O valor literário deixou de ser absoluto, passou a ser



um valor de relação, que depende de vários fatores. Lembro de Antonio Candido, para quem a literatura era um direito de todos; agora, produzir literatura é um direito de todos”, diz o autor. Ainda segundo Wander, “a crítica universitária está em seu ápice, mas não tem mercado. Seu público acaba sendo o da própria academia”.

Versos, romances, relatos

Para organizar o conjunto de ensaios de *Os olhos de Diadorim*, Wander Melo Miranda deu uma pausa no projeto de produção uma nova biografia para Graciliano Ramos. O livro recém-lançado reflete as preocupações do pesquisador nos últimos anos – ele escolheu também textos dedicados à literatura brasileira e latino-americana. Sua análise perpassa aspectos das obras de Roberto Bolaño, Mario Vargas Llosa e o próprio Graciliano, entre outros. Num dos textos, o autor descobre em Mario de Andrade, Carlos Drummond

e Pedro Nava visões da mocidade, nos anos 20, sobre temas como a Belo Horizonte que, a um só tempo, era emblema do progresso e guardava forte marca rural.

Miranda, que tirou partido de seus mergulhos no Acervo de Escritores Mineiros, da UFMG, ainda compartilha seu olhar sobre a correspondência de Drummond e Cyro dos Anjos e os relatos do carioca, diamantinense de coração, Alexandre Eulalio. Em 1958, aos 26 anos, o jornalista e professor passou quase um ano na Europa e contou suas experiências à antropóloga, poetisa e crítica de arte Lélia Coelho Frota, em 18 cartas e 17 cartões-postais. Wander trata o conjunto como uma espécie de romance de formação no exterior.

No ensaio que dá título ao volume, o professor emérito volta a seu livro de cabeceira, *Grande sertão: veredas*, e a uma das suas especialidades acadêmicas, a literatura italiana, para mostrar resíduos, na obra de Guimarães Rosa, da poesia italiana do século 13, conhecida como Dolce Stil Novo, que abrigava nomes como Dante Alighieri. “Tento ler, com base nessa corrente, duas imagens ligadas a Diadorim, a do pássaro e a dos olhos. Naqueles versos antigos, o conhecimento e o amor chegavam à mulher-anjo através dos olhos, e esta era também uma forma de ascensão a Deus. Essa concepção do amor reaparece transcriada no *Grande sertão*”, afirma Wander Melo Miranda, recém-eleito para a cadeira número sete da Academia Mineira de Letras.

Livro: *Os olhos de Diadorim e outros ensaios*

Autor: Wander Melo Miranda

Cepe Editora

212 páginas / R\$ 35 (impresso)

e R\$ 9 (e-book)